

Negociação

GAZETA MERCANTIL

para receber as dívidas

25 OUT 1985

Ext

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O governo brasileiro já detonou o processo de negociação dos créditos comerciais com o Terceiro Mundo vencidos e a vencer.

Cerca de quarenta países da África e da América Latina devem ao Brasil algo próximo a US\$ 2,9 bilhões, dos quais US\$ 500 milhões correspondem a dívida comercial já vencida, informa uma fonte do Itamaraty. Os restantes US\$ 2,4 bilhões vencerão dentro de três anos.

A Mauritânia, um pequeno país da África Ocidental, será o primeiro da lista de devedores a iniciar o reescalonamento de seus débitos com o Brasil, que pretende adotar o sistema clássico de acerto, a partir de negociações multilaterais no âmbito do Clube de Paris, um foro integrado por instituições oficiais dos países desenvolvidos e aberto aos países devedores que queiram renegociar seus débitos.

Os países devedores do Brasil, como a Mauritânia, reescalonarão suas dívidas governamentais no âmbito multilateral e, em seguida, procederão ao reescalonamento em dimensão bilateral. As dívidas privadas, isto é, os financiamentos concedidos ao Terceiro Mundo através de bancos privados, não poderão ser cobradas por intermédio do Clube de Paris, comenta o chefe da coordenação de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Alvaro Gurgel de Alencar. Esses débitos terão de ser negociados apenas em bases bilaterais.

Muitos países que devem ao Brasil ainda não têm condições de habilitar-se a um reescalonamento, estão recorrendo à ajuda de instituições financeiras internacionais para melhorar sua

saúde financeira e, logo após, deverão sentar-se frente aos negociadores brasileiros, observa Alencar. Ele estima que a partir do próximo ano a situação dos débitos do Terceiro Mundo começará a normalizar-se. Essa visão decorre do nível de avanço da questão no governo brasileiro.

Desde abril, quando o ex-diretor da Cacex, Marcos Vianna, advertiu o Banco Central, o Itamaraty e o Ministério da Fazenda sobre a gravidade da situação, já se realizaram quatro reuniões entre representantes do Banco do Brasil, do Banco Central, do Itamaraty, do Ministério da Fazenda, da Cacex e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).